**Habilitação de Crédito Administrativa**

Rio de Janeiro, dia de mês de ano.

Ao Administrador Judicial Rücker e Longo Advogados, responsável pela condução da Recuperação Judicial do Grupo Calçada (processo nº 0016281-57.2022.8.19.0001).

(Nome completo do Habilitante), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), inscrito no CPF/CNPJ sob o nº XXXX e com documento de identificação nº XXXX, residente e domiciliado à XXXX, na cidade de XXXX, Estado XXXX, vem apresentar **Habilitação Administrativa de Crédito**, com fundamento no artigo 7º, §1º da Lei nº 11.101/2005 (“LFRE”), nos moldes a seguir.

1. Inicialmente, tendo em vista o deferimento do processamento da recuperação judicial da sociedade (nome da Recuperanda), integrante do Grupo Calçada, pelo Juízo da 4ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro, e considerando a publicação do edital que trata o artigo 52, §1º da LFRE, iniciou o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de objeção à relação de credores apresentada pela Recuperanda às fls. XXX do processo de recuperação judicial nº 0016281-57.2022.8.19.0001.
2. Nesse contexto, na análise do edital de credores, verifica-se que o credor (nome do credor) não foi arrolado como credor da sociedade (nome da Recuperanda), integrante do Grupo Calçada.
3. Contudo, o Requerente é credor da sociedade em recuperação judicial, sendo seu crédito devido no montante de R$(valor do crédito na relação de credores), atualizado até a data do pedido de requerimento da recuperação judicial, qual seja, 25.01.2022, na Classe (classe do crédito na relação de credores de acordo com a LFRE), oriundo de (explicar a origem do crédito divergente, se originado de contrato de prestação de serviço, relação trabalhista, ações judiciais em curso etc.), conforme demonstra a documentação anexa.
4. Para tanto, o Habilitante apresenta os seguintes documentos comprobatórios de seu crédito: (a habilitação de crédito deve ser instruída com todos os documentos necessários para aferir a existência e liquidez do crédito, nos termos do artigo 9º, III da LFRE).
5. Informa ainda que os dados bancários do credor são: informar CPF/CNPJ/ agência, conta corrente/poupança, operação, conta conjunta ou não.
6. Ante o exposto, requer que este Administrador Judicial receba a presente Habilitação Administrativa de Crédito, a fim de que se faça constar na relação de credores da recuperação judicial da sociedade (nome da Recuperanda), integrante do Grupo Calçada, o valor de R$(valor do crédito objeto da divergência) na Classe (classe do crédito na relação de credores), vide documentação anexada.
7. Por fim, em cumprimento ao que exige o artigo 9º da LFRE, o Habilitante informa que seu endereço para comunicação de qualquer ato do processo é xxxx.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(Nome do credor/representante legal)

Observação: O presente documento se trata apenas de um modelo de habilitação administrativa de crédito, devendo o credor interessado realizar as alterações pertinentes ao caso, notadamente no que diz respeito aos campos marcados em VERMELHO. A divergência/habilitação administrativa de crédito deverá ser instruída com a documentação prevista no artigo 9º, II da LFRE, acrescido dos documentos pessoais e/ou de representação do credor.